



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 065/2020
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL 13.979/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.704.053/0001-21, com sede na Praça. Cel. João Olímpio, 91, Centro, na cidade de Cunha, devidamente representada por seu Prefeito, **ROLIEN GUARDA GARCIA**, adiante designada **CONTRATANTE**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, vem abrir o presente processo de **DISPENSA** nº 065/2020, objetivando a **AQUISIÇÃO DE KITS HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS FAMILIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E PREVENÇÃO NO COMBATE AO COVID-19**.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O Setor Social realizou pesquisa de mercado com 03 (três) empresas do ramo de atividade compatível com o objeto, nas seguintes condições:

KIT HIGIENE E LIMPEZA			
EMPRESA:	CNPJ	VL. UNIT.	VL. TOTAL
ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS - EIRELI	04.013.164/0001-04	R\$ 30,00	R\$ 46.500,00
G99 COMERCIAL ATACADO E VAREJO - EIRELI	32.602.152/0001-50	R\$ 35,39	R\$ 54.854,50
RENATO ALVES DOS SANTOS CUNHA	66.986.654/0001-44	R\$ 36,00	R\$ 55.800,00

Com isso diante da situação de pandemia vivenciada no país e diante dos documentos colacionados aos autos, bem como os comprovantes da pesquisa de mercado realizada, ato contínuo, realizou os seguintes procedimentos a fim de verificar sobre a conveniência e a oportunidade da aquisição.

a) verificou a regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeiro da empresa que ofertou o menor preço, conforme previsto nos artigos 28, 29 e 31 do Diploma Licitatório acima mencionado;

b) verificou que, além dos aspectos mencionados acima, a Secretaria Municipal de Assistência Social ao realizar uma ampla pesquisa de mercado, resguardou o critério do menor preço e do material que realmente atende as necessidades do objeto ora em análise, visando a observância legal do princípio da economicidade e da melhor vantagem para Administração Pública.

Após a intensa pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social verifica-se que o orçamento de menor preço apresentado esta conforme os praticados no mercado, e se apresenta de maneira bem vantajosa para a Administração, inclusive, quanta as condições de fornecimento apresentadas na proposta de menor preço. Por estas razões, esta Secretaria entende que a escolha do fornecedor ora apresentado atende aos requisitos legais previstos no artigo 26 da Lei de Licitação bem como as demais normas legais



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Considerando que a transmissão do COVID-19 no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Cidadania n.º 369 de 29 de abril de 2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos.

Considerando que o enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de serviços, materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos pacientes diagnosticados.

Considerando o papel do Sistema Único de Assistência Social -SUAS no contexto da Emergência em Saúde Pública, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do Covid-19

Considerando o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre os serviços de proteção social especial de alta complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Considerando que é de extrema necessidade a aquisição de equipamentos de proteção de forma emergencial para o enfrentamento da pandemia, na forma do Termo de Referência em anexo, observado o disposto no art. 4º da Lei Nacional n.º 13.979/2020, e suas alterações pela Medida Provisória nº 926/2020.

Justifica-se a dispensa da realização de certame licitatório, uma vez que o é de saber notório a grave crise do sistema sanitário e de saúde pública vivenciada nos últimos meses pelo nosso país, decorrente da disseminação e proliferação de um novo coronavírus (covid-19).

O art. 4, da Lei Federal 13.979/2020, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para aquisição de bens, serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus.

Assim fora redigido o art. 4º, caput, do referido diploma, in verbis:

Art. 4º - É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Assim sendo, atendido o disposto no artigo 4, da Lei nº 13979/2020, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cunha no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta deste processo administrativo de Dispensa de Licitação lavrado sob o nº. 065/2020 vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 4 da Lei Federal Nº. 13.979/2020, para **AQUISIÇÃO DE KITS HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS FAMILIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E PREVENÇÃO NO COMBATE AO COVID-19** cuja Autorização de Fornecimento será emitido em favor da empresa **ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS - EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.013.164/0001-04, com sede à Rua Doutor Flavio Bellegarde Nunes, 80 – Jardim Paulista – Taubaté, Estado de São Paulo, no valor de **R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil, e quinhentos reais)**.

Assim, nos termos do art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020 c/c art. 26 da Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações vêm comunicar o Sr. Prefeito Municipal, Sr. Rolien Guarda Garcia da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação sob o nº. 065/2020.

Cunha, 07 de Julho de 2020.

Idmauro Telles de Siqueira Neto
Presidente da Comissão de Licitações